

AS FILHAS DAS LAVADEIRAS (2002), DE HELENA DO SUL MATERNIDADE NEGRA

Dênis Moura de Quadros
(Universidade Federal do Pampa)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
Dênis Moura de Quadros é Professor Adjunto de Literaturas Lusófonas na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutor em Letras, área de concentração História da Literatura, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: denisdpg10@gmail.com

RESUMO	ABSTRACT
A partir de <i>As filhas das lavadeiras</i> (2002), de Helena do Sul, esta análise examina as representações da maternidade negra na literatura brasileira, com foco nos eixos do trabalho e da dororidade (Piedade, 2017). Maria Helena Vargas da Silveira é uma escritora negra, nascida em Pelotas- RS, que publica sua primeira obra aos 40 anos de idade. Enquanto a maternidade branca se vincula ao ideal de sacralidade e confinamento, a maternidade negra é marcada pelo papel de provedora e pela luta contra opressões de raça, classe e gênero. Com base em Badinter (1985) para discutir o "mito do amor materno"; Evaristo (2005) pelo conceito de <i>escrivência</i> ; e Gonzalez (1982), Oyewumi (2021) e Piedade (2017) sobre as vivências de mulheres negras, a obra evidencia como essas mães constroem identidades a partir da resistência e solidariedade. Ao romper estereótipos, Helena do Sul ressignifica a maternidade no campo literário, valorizando as histórias das lavadeiras e destacando a importância de compreender essas experiências na formação da identidade cultural brasileira.	Based on <i>As filhas das lavadeiras</i> (2002) by Helena do Sul, this analysis examines representations of Black motherhood in Brazilian literature, focusing on the axes of labor and "dororidade" (Piedade, 2017). Maria Helena Vargas da Silveira, a Black writer born in Pelotas, RS, published her first work at the age of 40. While white motherhood is linked to the ideal of sanctity and confinement, Black motherhood is defined by the role of breadwinner and the struggle against racial, class, and gender oppressions. Drawing from Badinter (1985) to discuss the "myth of maternal love," Evaristo (2005) on <i>escrivência</i> , and Gonzalez (1982), Oyewumi (2021), and Piedade (2017) on the experiences of Black women, the book reveals how these mothers build identities through resilience and solidarity. By breaking stereotypes, Helena do Sul redefines motherhood in literature, honoring washerwomen's stories and emphasizing the importance of understanding these experiences in shaping Brazil's cultural identity.

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Maternidade; Literatura afro-feminina; Literatura gaúcha.	Motherhood; Afro-feminist literature; Gaúcha Literature.

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos nas representações da maternidade na Literatura Brasileira, percebemos dois estereótipos, ou um estereótipo e sua ruptura: o da mãe santificada que seja pelo mito cristão de Maria, seja pelo mito do amor materno, configura-se pela figura materna cuidadora. A segunda aparecerá, em especial, nas obras de autoria de mulheres e na contemporaneidade advinda, muito provavelmente, do movimento feminista em que

o mito da mãe sacra sofre uma ruptura e uma discussão acerca dos processos de subalternização e enclausuramento ao espaço doméstico.

Enquanto aquela figura materna santificada na literatura canônica brasileira reflete-se, inclusive, na recente “Literatura Marginal”, representada por Ferréz (1975-), a ruptura dessa figura permeia a literatura contemporânea de autoria feminina, concebendo-a como clausura opressora. Contudo, ambas as representações não amparam a figura das mães negras que, não sendo as figuras santificadas e alvas, também não negam a maternidade ou a concebem como enclausuramento. O que podemos perceber é que, de certa forma, as mães negras ocupam na sociedade o espaço de provedoras do lar, pois foram elas que na época da escravização de pessoas saíam às ruas para venderem seus quitutes e, assim, angariarem fundos para a libertação de seus filhos.

Então, pensando nessas representações é que proponho a análise da obra *As filhas das lavadeiras* (2002), de Helena do Sul (1940-2009), a fim de mapear as representações da maternidade negra. A obra reúne vinte e um relatos de filhas cujas mães foram lavadeiras do sul e sudeste do Brasil, além da análise desses relatos pela autora negra gaúcha, a produção de alguns poemas a partir desses relatos e um álbum de fotos dessas mães.

1 MATERNIDADE: DA AURATIZAÇÃO MÍTICA À REPRESENTAÇÃO NEGRA

Ao pensarmos na maternidade, ou na figura da mãe, quase que instintivamente somos remetidos à figura de nossas próprias mães. Talvez essa figura que é evocada seja nossa mãe biológica ou a mãe que nos criou ou mesmo nossas avós, mas sem dúvida todas são pensadas a partir de uma aura de conforto, amor, carinho. Em outras palavras, estamos imersos no que Élisabeth Badinter (1985) nomeou como “mito do amor materno”. O conceito de família, hoje, já tem sido discutido e reavaliado, sobretudo no Brasil cujas classes mais baixas são constituídas hegemonicamente por mulheres, sejam mães solteiras ou mães cujos companheiros estão presos ou foram mortos. Apesar disso, a estrutura da família burguesa ainda permeia a sociedade alavancada, talvez, pelo machismo estrutural. Logo, a ordem familiar burguesa ainda evoca a autoridade do marido, provedor; a subordinação das mulheres, delegadas ao espaço doméstico; e a dependência dos filhos. Essa ordem tem sido reforçada, sobretudo, por laços míticos de afetividade, de descoberta “natural”, pelo amor materno.

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. [...] Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder

determinada atitude maternal (Badinter, 1985, p. 20).

Mesmo construído socialmente, o mito materno, tal como o conceito moderno de família, mantém, evoca e simboliza o mesmo “fundo de verdade” de outros mitos. Logo, por ser um mito, há um rito que o envolve e o mantém vivo e esse rito, além daqueles estabelecidos pelos laços familiares, ocorre também em um determinado dia do ano, na maioria dos países, em maio. Além disso, esse amor incondicional materno inspira uma gigantesca literatura seja para mantê-lo ou para rompê-lo e questioná-lo.

Se de um lado, nas obras literárias de autoria de homens, temos a representação aurática dessas mães concebidas como as “rainhas do lar” que, na verdade, estão enclausuradas no espaço doméstico, dependentes financeira e emocionalmente como, por exemplo Dona Claudina de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis; e de outro, em obras de autoria de mulheres (brancas em geral) temos a ruptura desse mito e a discussão acerca da libertação da mulher de seu cativeiro, como, por exemplo, *Quarenta dias* (2014), de Maria Valéria Rezende. Em quais representações as mulheres negras aparecem?

Assim sendo, as mulheres negras quando representadas na literatura ainda trazem as marcas da opressão colonial. Lélia Gonzalez (1982) reflete sobre essas questões no Brasil, em particular, e percebe como essas opressões (de)marcam a experiência das mulheres negras. Essa experiência é acentuada, em especial, pelos inúmeros casos de racismo bem como pela atualização do mito da democracia racial. Assim, mesmo sofrendo a opressão machista patriarcal, a forma como a opressão se desdobra é diferente.

E nesse trabalho, tem dado para sacar, por exemplo, que pelo fato de não ser educada para se casar com um “príncipe encantado”, mas para o trabalho (por razões históricas e socioeconômicas concretas), a mulher negra não faz o gênero da submissa. Sua prática cotidiana faz dela alguém que tem consciência de que lhe cabe batalhar pelo “leite das crianças” [...], sem contar muito com o companheiro (desemprego, violência sexual e outros efeitos do racismo e também do sexismo) (Gonzalez, 1982, p. 36).

Assim sendo, a educação das mulheres negras, se assim podemos chamá-la, perpassa por dois pontos fundamentais: o primeiro é sua solidão, preteridas pelos homens negros que, ao ascenderem e para ascenderem socialmente, casam-se com mulheres não negras; o segundo é serem desejadas como objeto de lasciva pelos homens brancos, restaurando a figura da “mulata”. Nessa lógica da naturalização ou, como se refere Lélia Gonzalez, da domesticação dos negros: “[A] Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão.” (Gonzalez, 1982, p. 226). Essa naturalização é engendrada

pelo mito da democracia racial que enclausura a figura do homem negro libidinoso, malandro, bandido, bem como do menino negro “moleque”, morador de rua etc.

Assim, ao pensarmos as mulheres negras na Diáspora Negra, percebemos uma característica que rompe tanto com a auratização da mãe cristã, quanto com a ruptura e com a independência das mulheres na contemporaneidade: elas são matriarcas de suas famílias. A partir dessa marca é que trago ao debate a análise da filósofa nigeriana Oyèrónkè Oyewumi, em *A invenção das mulheres* (2021). A pesquisadora destaca o fator civilizatório central africano ao afirmar que: “A senioridade é a principal categorização social que é imediatamente aparente na língua yorubá.” (Oyewumi, 2021, p. 80). A matriarca da comunidade tem papel central nessa sociedade e, talvez, essa marca africana tenha permanecido, especialmente nos terreiros religiosos de matriz africana, em que as mães de santo se sentam em suas cadeiras de vime representando o cargo máximo dentro do espaço sagrado. No contexto do pós-abolição — marcado por processos de exclusão estrutural e negação de direitos às populações negras — as mulheres negras desempenharam um papel central na sustentação material e simbólica de suas famílias. Através da produção e comercialização de alimentos, especialmente quitutes e doces, elas não apenas garantiram o sustento de suas casas, mas também mantiveram vivas práticas culturais e saberes culinários herdados de gerações. No Rio Grande do Sul, uma expressão emblemática dessa resistência é a tradição dos doces de Pelotas, hoje reconhecidos como patrimônio imaterial da cidade. Embora sua elaboração envolva a contribuição de diversas matrizes culturais — incluindo influências lusitanas — é inegável que, em seus primórdios, a confecção e venda desses doces esteve majoritariamente nas mãos de mulheres negras, cujos saberes e trabalho foram historicamente invisibilizados, mas foram fundamentais para a sobrevivência de muitas famílias no período pós-escravização (Kosby, 2021).

2 LAVANDO ROUPA: A REPRESENTAÇÃO DAS MÃES NEGRAS NA OBRA DE HELENA DO SUL

Maria Helena Vargas da Silveira (1940-2009) é uma mulher negra gaúcha, de Pelotas-RS, que publica seu primeiro livro aos 40 anos de idade. Ao todo foram onze livros, sendo dez deles literários. Formada em pedagogia em 1971, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lecionou em diversas escolas gaúchas. Em 1999 muda-se para Brasília onde assume o epíteto de Helena do Sul, vindo a falecer em 2009, vítima de um aneurisma cerebral (Evaristo, 2011).

As filhas das lavadeiras (2002) é uma mnemônica que reúne vinte e um relatos de filhas de lavadeiras, bem como um capítulo de reflexão e um álbum de fotos. Os relatos,

recolhidos pela autora, ora são narrados em primeira pessoa, ora em terceira, denotando que mesmo assinados pelas filhas, a autoria da narrativa é da autora. Cada capítulo é denominado “ato”, alusão feita ao espetáculo das histórias de vida das mães e das filhas que rompem com uma herança laboral a partir da educação. A autora na introdução discorre sobre essa escolha no projeto literário do livro ao afirmar que ele “Foge à ideia da elaboração sistematizada de biografias e investe mais no conto vivencial” (Silveira, 2002, p. 8), ideia essa que nos faz pensar no conceito de “escrevivência” cunhado por Conceição Evaristo (2005). Trata-se da escrita que emerge da vida, da memória e da resistência cotidiana, em que narrar é também reivindicar lugar, ancestralidade e subjetividade. A palavra escrita torna-se, assim, extensão da experiência vivida e espaço de elaboração de sentidos que resistem ao apagamento histórico.

A obra é prefaciada por Nelson Inocência, no capítulo intitulado “Cortina”, precedido de uma introdução escrita pela autora, “Roteiro”. Inocência destaca o valor da obra para a população negra brasileira, ao tecer relatos da sobrevivência das famílias pelo subsídio das mães, além de destacar a rede de apoio que se formava em torno do trabalho. Acerca desse trabalho como lavadeiras à beira de rios e córregos, o professor da UnB (Universidade de Brasília) afirma que as péssimas condições não contribuíam para uma perspectiva de futuro para si e seus descendentes.

Os relatos que compõem a obra são das regiões sul e sudeste, contando com um relato de São Paulo; um relato do Espírito Santo; dois relatos do Rio de Janeiro; três de Minas Gerais; cinco de Santa Catarina e nove do Rio Grande do Sul. Dos vinte relatos das filhas de lavadeiras rememorando suas mães, dez são escritos em primeira pessoa, com algumas intervenções da voz narrativa, e os demais em terceira pessoa como se as conversas fossem rememoradas.

Rompendo com a cronologia disposta pela autora que conserva em um primeiro grupo apenas os relatos mineiros, começamos pelos relatos individuais advindos respectivamente dos estados São Paulo e Espírito Santo. De São Paulo, temos o relato de Rachel de Oliveira, militante do Movimento Negro e doutora em relações raciais e educação. A filha rememora, além de sua trajetória, a força de sua mãe, lavadeira e empregada doméstica, Maria Isabel de Oliveira.

Rachel tece seu depoimento em primeira pessoa. Além disso, recorda também de sua libertação pela educação e militância rompendo, inclusive, com as amarras religiosas e familiares. Sua mãe teve oito filhos, todos educados e criados com o dinheiro advindo de seu trabalho braçal. Refletindo sobre a profissão braçal da matriarca, Rachel acredita que, de alguma forma, o zelo que ela tinha com as roupas lavadas, quaradas e postas para secar reflete-se em seu zelo por educar, buscar metodologias e tentar “[...] ajudar na mudança, na transformação das pessoas para que elas fiquem bonitas, para que elas se

encantem. Acho que esta é a ligação simbólica.” (Silveira, 2002, p. 144). Notamos que o cuidado e o zelo representado no relato desvelam a face da aura de mãe, mas com algumas restrições: esse lavar e passar não é restrito ao seu lar, mas ao lar de outras pessoas, ou seja, de seu trabalho.

Mesmo depois de idosa, com limitações físicas, Maria Isabel continua lavando roupas, sempre prestativa. Rachel afirma que essa função se assemelha um destino da mãe: “Parece que tinha que cumprir uma Missão e eu tinha a impressão de que deveria, também, cumprir alguma tarefa, eu tinha que estudar” (Silveira, 2002, p. 146). Assim, ambas as mulheres negras seguem suas missões e Rachel percorre seu caminho acadêmico. Essa escolha, mesmo apoiada pela mãe, acaba gerando um confronto familiar. O pai, motorista e condutor de bonde, era Pastor Evangélico e, por extensão, a mãe também se enclausurava nas malhas religiosas. Rachel, contudo, sempre questionou essa ausência negra na bíblia e quando indagava a mãe sobre a ausência de anjos negros era sugestionada a não perguntar. Esse silenciamento, contudo, não impede o vínculo afetivo entre mãe e filha, marcado por uma aliança que pode ser lida à luz da *Dororidade*, conceito proposto por Vilma Piedade (2017) para nomear uma forma de solidariedade entre mulheres negras que compartilham não apenas dores históricas e estruturais, mas também estratégias de afeto, cuidado e resistência. A travessia de Rachel, mesmo atravessada por tensões com a religiosidade familiar, é sustentada por esse elo silencioso e potente com sua mãe.

Um relato que impacta é o de Omy dos Passos, uma senhora de 65 anos, nascida e criada no estado do Espírito Santo. A narrativa, conduzida em terceira pessoa, revela memórias de infância atravessadas por trabalho e resistência. Omy recorda que, ainda menina, ajudava sua mãe, ao que Helena do Sul observa: “Pelos relatos de Omy, ela passou muitas dificuldades, juntamente com a mãe que, antes de lavar roupas para fora, trabalhava na lavoura” (Silveira, 2002, p. 188). Além do ofício de lavadeira, o trabalho nas lavouras desvela as marcas persistentes da escravização africana, contexto no qual mulheres negras eram equiparadas aos homens nos serviços mais extenuantes do campo, sem distinção de gênero ou cuidado com a infância.

Nesse entrecruzamento de gerações e trajetórias de luta, evidencia-se o que Vilma Piedade (2017) define como *Dororidade*: uma irmandade entre mulheres negras que compartilham a dor ancestral, mas também os gestos de força, afeto e solidariedade. A memória de Omy, entrelaçada à de sua mãe, inscreve-se nesse tecido de experiências comuns, em que o sofrimento não paralisa, mas forja vínculos e sustentações que ecoam nas vozes de outras mulheres negras narradas por Silveira.

Omy ajudava a mãe que fazia questão que os filhos estudassem para que “fosse alguém na vida” (Silveira, 2002, p. 188), essa preocupação é recorrente nos relatos, bem

como a esperança no estudo como ruptura de uma herança colonial. Omy recolhia águas do poço, ajudava a torcer e estender as roupas, contudo: “Consegui estudar, fazer um Curso de Relações Humanas” (Silveira, 2002, p. 189), fato que a faz romper com o ofício materno. Omy também reflete sobre a importância de falar e refletir sobre o racismo estrutural que não dá oportunidades aos negros em uma sociedade em que: “[...] a maioria é negra e misturada com negro, mas as oportunidades de desenvolvimento são mais difíceis para os negros” (Silveira, 2002, p. 191).

Do estado carioca temos dois relatos: o de Neide Ferreira, falando de sua mãe Nadir Ferreira, e de Ruth de Souza, atriz negra, falando de sua mãe Alaíde de Souza. Ambos os relatos discutem os temas do racismo e do sexismo. Neide inicia seu relato descrevendo a dificuldade de lembrar sua infância, mas rememora sua mãe e outras mulheres negras que lavavam roupas no córrego do rio Maracanã. “As mulheres tinham, como atividade principal e de sobrevivência, a lavagem de roupa” (Silveira, 2002, p. 118). Nessa época, as atividades desenvolvidas pelas mulheres, em especial as negras, eram de lavadeiras ou domésticas.

À beira dos rios, as mulheres negras já ressignificavam o conceito de sororidade, constituindo uma dororidade, termo cunhado pela filósofa negra Vilma Piedade (2017). “No momento da lavagem de roupa essas mulheres falavam do cotidiano, das suas alegrias, das suas angústias e das suas tristezas. Hoje, eu percebo que todas elas eram marcadas por um machismo” (Silveira, 2002, p. 119). Esse machismo, principalmente, pautava-se na infidelidade conjugal dos maridos. Nessas relações, Neide recorda sua mãe em posse do ferro em brasa soprado e o seu cuidado para não manchar as roupas brancas, em especial, o terno de linho branco do marido.

O córrego de água limpa do rio Maracanã era enfeitado pelas bacias de alumínio, usadas para carregar as roupas, levados nas cabeças dessas mulheres tendo como proteção apenas tecidos. Além das roupas, passavam e engomavam com amido de milho, cuidando para que nenhum amassado ficasse. Contudo, além do pouco dinheiro das lavagens de roupas, atrelados aos dias de chuva, o progresso também atrapalha a subsistência dessas mulheres.

Uma das coisas angustiantes da lavagem de roupas é que as lavadeiras lavavam em um córrego onde as fábricas de tecido lançavam as águas do tingimento das peças e, então, quando as fábricas soltavam as águas, elas não podiam lavar no córrego porque manchava as roupas. Elas ficavam na beira do córrego, aguardando que a água ficasse limpa (Silveira, 2002, p. 123).

Neide se orgulha muito da mãe que mesmo semianalfabeta auxiliou a sobrinha a ler por meio da leitura de revistas em quadrinho. Neide afirma: “Tudo o que eu sou

realmente agradeço a minha mãe pela cumplicidade, pelas horas de me impulsionar, de me questionar de dizer *você não vai ser menos, você vai ser mais*" (Silveira, 2002, p. 128, grifos meus). Essa preocupação de manter os filhos na escola, é uma marca da maternidade das mulheres negras pautadas na insubmissão ao racismo estrutural. A partir dessa insubmissão da mãe e de outras mulheres, Neide reflete que a mulher, em especial a negra, não deve manter o padrão machista de suas famílias, pois, dentre outras questões, essa estrutura afeta a autoestima das crianças.

Ruth de Souza, falecida em 2019, recorda com carinho e admiração a figura de sua mãe, Dona Alaíde, cuja sensibilidade artística influenciou diretamente suas escolhas na carreira de atriz. Ruth conta: "Quando passava roupas, à noite, minha mãe sempre tinha um rádio por perto para escutar as óperas e operetas que eram transmitidas do Teatro Municipal" (Silveira, 2002, p. 182). Após ouvir atentamente as récitas, Dona Alaíde narrava os enredos para as filhas menores, criando, a partir do espaço doméstico, um ambiente de iniciação cultural e imaginação cênica.

Criada por sua própria mãe — então empregada doméstica na casa da família Galvão — Alaíde não apenas herdou o lugar de mulher negra nos trabalhos domésticos, mas também o gesto de resistência pela educação: aprendeu a ler e, posteriormente, estimulou Ruth a frequentar o teatro. Ruth rememora: "minha mãe me incentivava a ir ao teatro, nem sei como ela arranjava tantos ingressos para assistir às operetas" (Silveira, 2002, p. 183).

Esse legado afetivo e estético, transmitido entre mulheres negras, desafia a naturalização de papéis de gênero e de classe frequentemente atribuídos a elas. Como propõe Oyèrónké Oyěwùmí (2021), é preciso questionar os modos como o gênero foi historicamente inventado e imposto dentro de lógicas ocidentais e colonialistas, nas quais mulheres negras foram sistematicamente desumanizadas ou reduzidas a funções utilitárias. Dona Alaíde, ao cultivar a arte no interior do lar, reconfigura esse lugar e agencia, com autonomia e desejo, a formação subjetiva e cultural de sua filha.

Além do incentivo às artes, a atriz negra rememora o asseio que a mãe tinha com a família: "Eu aprendi essas coisas com minha mãe. Ela dizia que a gente com um vestidinho de chita bem arrumadinho, poderia ser até tão elegante quando quem estava com um vestido de seda" (Silveira, 2002, p. 184). Além do cuidado estético com as roupas, a herança deixada pela mãe também contava com a gentileza no tratamento com o próximo.

Do estado de Santa Catarina temos quatro relatos de filhas de lavadeiras: Darci, Valquíria, Valdeonira e Maria de Lourdes ou, como é conhecida, dona Uda. Três desses relatos é tecido em terceira pessoa e o outro em primeira. O primeiro relato, de Dona Darci, rememora a precariedade da vida de lavadeira no bairro Monte Serrat auxiliando a

mãe Paulina, esfregando as roupas em pedras na beira de fontes ou em tanques que eram cheios de água carregada em latas. Esse tempo relatado era de muito sacrifício, pois as lavadeiras passavam o dia de todo de joelhos, a alimentação era muito pouca, contando com café e pão e, em momentos mais amenos, pirão de farinha de mandioca com um pedaço de linguiça assada na brasa. Para passar o tempo, cantavam canções dos “Ternos de Reis”.

Interessante notarmos que sempre houve uma preocupação coletiva entre essas mulheres em que Darci afirma que: “[...] uma lavadeira ajudava sempre a outra” (Silveira, 2002, p. 43), ou seja, mesmo sem etiquetar essa ação como feminismo, “mulherismo” ou outro movimento a ser pensado e nomeado, elas praticavam a dororidade (Piedade, 2017), uma compreendendo as limitações da vida imposta à outra. Além disso, a preocupação com os filhos também era algo compartilhado. Essa filosofia de vida é mantida por Darci, educadora aposentada, que mantém o Centro Cultural Escrava Anastácia, em que recebe crianças de baixa renda auxiliando a alfabetização, artes plásticas, jogos, teatro, música, dança e, sobretudo, ampliando a visão de mundo dessas crianças majoritariamente negras. Ainda, o nome do Centro Cultural retoma a figura da escrava com a máscara de flandres.

As reflexões sobre a profissão de lavadeira das mães, bem como a transmutação da mucama em lavadeira e doméstica é refletida por Valdeonira, filha de Maria Martinha, também de Santa Catarina. Nascida em 1896, Maria Martinha é filha de um casal de escravizados e é da mãe que aprendera o ofício de lavar, engomar, passar as roupas das senhoras brancas. Valdeonira, contudo, destaca que a mãe lhe deixara de herança uma gama cultural e que resistem em um estado, tal como o Rio Grande do Sul, tido como branco. A filha recorda que quando não havia água em casa era necessário que se lavasse à beira das cachoeiras de água doce da ilha, local mais afastado, levando na cabeça as trouxas de roupas. Como as demais, romperia com a roda de herança de lavadeira, estudou graças a sua mãe lavadeira em que reflete sobre as oportunidades que sua mãe não teve: “Lavar roupa foi o trabalho que minha mãe sabia e podia fazer, não aconteciam outras opções e ela, por meio dos resultados deste trabalho, concretizou o desejo de ver seus filhos educados” (Silveira, 2002, p. 168).

Dona Uda, Maria de Lourdes, é filha da lavadeira Angelina Veloso. Dona Uda relata as músicas sacras cantadas pela mãe na beira dos rios pedindo a Deus pelos seus filhos. Como Valdeonira reflete sobre a herança deixada pela mãe constituída de um: “[...] mundo cultural dela porque suas atitudes, maneira de ajudar nos momentos necessários, eram constantes.” (Silveira, 2002, p. 173), ou seja, um conjunto de atos, costumes e forma de viver. Como educadora, dona Uda retoma as dores em que, chegando na escola em Blumenau- SC, é mal recepcionada pela única professora negra que lecionava lá, ou

mulher de pele negra, porque a falta de consciência da colega não lhe permite ser concebida como negra.

Dos nove relatos do estado do Rio Grande do Sul, de onde vêm a maioria das narrativas, cinco são em primeira pessoa e os outros quatro em terceira pessoa. O primeiro relato, que abre a obra, é de Sandra, assistente social, que rememora, em primeira pessoa, a vida precária ao lado da mãe lavadeira Iracema e sua esperança na educação como forma de ascensão aos filhos. Das dificuldades recorda que quando a mãe cozinhava feijão era apenas feijão sem acompanhamento. Já na casa da vó Isaura as refeições eram melhores, pois a avó cozinheira levava para casa a refeição que sobrava na mesa dos patrões. O diferencial da mãe, destacada pela filha, é o gosto pela música clássica, pela poesia e pelo teatro, gosto compartilhado e já citado por Ruth de Souza.

Na sequência apresentada na obra-álbum, o próximo relato vem de Pelotas, RS, cidade natal da autora. Nesse trecho, Gilda, especialista em Estudos Sociais, rememora sua mãe, Arlinda, que trabalhava como lavadeira. O relato, porém, narrado em terceira pessoa, se entrelaça com as memórias de Helena do Sul, que recorda a casa cheia de lençóis na Rua dos Trilhos, onde a família de Gilda morava. A imagem dos lençóis lavados remete não só ao trabalho árduo de Arlinda, mas também ao esforço da mãe para sustentar e educar suas filhas com o fruto de seu trabalho, evidenciando as estratégias de sobrevivência e resistência da família.

O relato de dona Aracy, rememorando sua mãe lavadeira Reduzina, inicia com a morte do pai que acarretará a miséria da família. Não tendo onde morar, Aracy, seu irmão e sua mãe vão morar com Madalena, irmã de Aracy. Contudo, o ofício de lavadeira gera vários embates pelo constante “entra e sai” dos clientes, assim, aos quinze anos José inicia um emprego de motorista que garante o aluguel de uma pequena casa. A mãe não incentivou Aracy a estudar, pois temia a frustração da filha e as dificuldades em não ter como arcar com os custos, mesmo assim, Aracy segue os estudos e forma-se alfabetizadora. Sobre a origem da família, Aracy afirma que a mãe muito pouco falava e uma dessas poucas histórias relatava que dona Reduzina teria sido comprada, junto com sua irmã, por um português apaixonado.

No relato de Maria Marques, a narradora reconta a noite em que a professora recebe a medalha Negrinho do Pastoreio. Essa menção honrosa foi criada em 1972 para condecorar figuras que tenham contribuído para o desenvolvimento humano no estado do Rio Grande do Sul. Apesar de levar o nome da lenda gaúcha em que um escravo é cruelmente castigado por seu patrão pela perda de um gado, a menção honrosa não tem atingido aos negros.

É noite de 20 de setembro de 2000. No auditório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobe ao palco, para receber das mãos do Senhor

Governador do Estado do Rio Grande do Sul, a Medalha Negrinho do Pastoreio, por seus trabalhos prestados à Cultura do Rio Grande do Sul, a professora Maria Marques. Tem quase a certeza de que é a primeira mulher negra a receber tamanha distinção (Silveira, 2002, p. 95).

O relato é feito em terceira pessoa com um narrador onisciente que revela os pensamentos da professora ao ganhar a condecoração. Assim, com salão cheio de pessoas, a memória irrompe em Maria Marques levando-a para a infância ao lado da mãe lavadeira esperançosa na educação. As palmas ecoam as lembranças da mãe lavadeira. “A professora Maria Marques recebe a medalha, mas a homenageada é Dona Fortunata, negra, pobre e lavadeira” (Silveira, 2002, p. 97). A medalha, também, evoca todas as outras mulheres negras lavadeiras que mantiveram suas famílias, mesmo na miséria, resistindo.

Maria do Carmo começa a tecer sua história ao lado da mãe Lídia: “Sendo a filha mais velha, ficava em casa fazendo a comida para os meus irmãos menores, enquanto minha mãe lavava na cachoeira e passava roupas com ferro de carvão” (Silveira, 2002, p. 98). Como tantas outras filhas de lavadeiras, os afazeres domésticos acabam sendo responsabilidade delas, enquanto suas mães estão à beira dos rios. Depois de contar seu relato, dona Lídia que relembra sua mãe escrava de quem aprendeu, desde pequena, a lavar as meias e os lenços dos Senhores. Dona Lídia teve quinze filhos, os sete primeiros morreram e os outros oito cresceram vendo a mãe lavando, quarando, passando e engomando para sustentá-los.

O relato da gaúcha Terezinha Juraci e sua mãe Maria do Carmo discorre sobre a origem da mãe que pouco se sabe, apenas que era filha de Geraldina, sem sobrenome, sem registros. Terezinha recorda com tristeza a falta de cuidado paterno que, mesmo não abandonando a família, era abusivo e desperdiçava o minguado dinheiro das lavagens em jogos. Ganhando fama de ser uma ótima lavadeira, dona Maria do Carmo começa a receber roupas de todos os lugares, dentre elas uma cortina vermelha exuberante de uma das famílias mais abastadas da cidade. Acusando a esposa de lavar roupas de prostíbulos, o marido joga as roupas já lavadas no chão: “Até que um dia, meu pai jogou as roupas lavadas no chão e eu presenciei as lágrimas correndo no rosto de minha mãe. [...] Minha mãe chorou um choro para dentro” (Silveira, 2002, p. 106). Mesmo caindo lágrimas, talvez de ódio, Terezinha relata esse chorar para dentro, uma dor cortante da relação abusiva entre o pai e a mãe. Ainda, permanecendo nesse casamento prejudicial a ela e à família, o pai joga e perde todo o dinheiro guardado para comprar uma casa.

O relato de Deise Nunes, Miss Brasil 1986, primeira mulher negra a vencer o concurso de beleza, rememora sua mãe Ana Maria afirma que: “Foi uma vida dura, difícil, mas mesmo assim ela nunca deixou de sonhar com um futuro melhor para todos nós.

Sempre me ensinou os princípios básicos da boa educação” (Silveira, 2002, p. 112). Os princípios de educação a que Deise se refere nos relembram aqueles máaticos mantidos nas comunidades de mulheres negras em que há uma preocupação com o coletivo. Isso fica bem-marcado pela consciência da Miss Brasil negra gaúcha ao afirmar que: “Fico feliz em ser reconhecida, pois como negra e filha de lavadeira, acredito que estou conseguindo contribuir para a auto-estima de uma etnia que é sempre discriminada” (Silveira, 2002, p. 114).

Vencer o concurso de beleza mais disputado nacionalmente e poder representar o Brasil mundialmente é um divisor de águas em relação à beleza negra. Deise Nunes alcançou a sexta colocação no Miss Universo 1986 rompendo com o padrão de beleza que anos depois foi se repetindo de mulheres brancas de traços europeus. O lapso de tempo entre a vitória de Deise Nunes e de Raissa Santana, a segunda Miss Brasil negra, é de trinta anos e, não podemos esquecer os ataques racistas feitos à Raissa, Miss Brasil 2016, e à Monalysa Alcântara, Miss Brasil 2017, na *internet*. Deise encerra com a mensagem de não deixar de sonhar, de lutar e persistir, esperança herdada de suas Ancestrais.

O último relato do Rio Grande do Sul é de dona Nair, professora aposentada de matemática conhecida como Nair do Assis Brasil, escola em que lecionou. Helena do Sul relata que dona Nair: “Era muito admirada nessa Escola, pela sua pontualidade, assiduidade, pela educação e o carinho por todos os educadores, alunos, funcionários, amigos e visitantes do atual Instituto de Educação Assis Brasil” (Silveira, 2002, p. 138). Uma figura maternal, preocupada com todos à sua volta, herança, talvez, africana. A mãe e avó lavadeiras perceberam que a educação é uma arma na luta contra o racismo, o sexismo e a pobreza e incentivaram as novas gerações que rompem com o ciclo dos tanques. Mesmo analfabeta, a avó era assídua frequentadora dos teatros de Pelotas, em tempos posteriores em que a entrada dos negros fora permitida.

O que há em comum nos relatos das filhas de lavadeiras é o processo de lavagem das roupas. As mais manchadas e sujas eram fervidas em latas aquecidas por brasas na beira dos rios. Depois de lavadas e esfregadas em tábuas ou pedras, as roupas eram postas para quasar, ou seja, eram estendidas no chão para que pegassem sol. A presença do anil, em pedra ou em forma de trouxa chamada de boneca de anil, é uma constante na lavagem das roupas brancas. Depois de secas, eram engomadas e passadas a ferro em brasa que exige cuidado redobrado para não queimar nem manchar as peças.

Após os relatos, a autora começa a refletir sobre alguns pontos. Um deles é a representação materna negra que perpassa o lugar de provedoras. A autora afirma que “As mulheres negras começaram a trabalhar de cozinheiras, quituteiras, lavadeiras, amas de leite, tornando-se o alicerce da mobilidade social, econômica e educacional” (Silveira, 2002, p. 195). Ainda, na esperança de romper com essa repetição geracional do labor

dessas mulheres negras, apostaram na educação que, por sua vez, apresentou inúmeras barreiras discriminatórias. A grande maioria envolvendo as dificuldades financeiras em que filhas de lavadeiras, com livros emprestados, uniformes surrados, sapatos furados cobertos por jornais para manter os pés aquecidos estudaram.

Ainda sobre essas mães e sua representação, podemos vê-las como verdadeiras guerreiras, imersas em uma luta constante e exaustiva, muitas vezes sem aliados. Ao lado de maridos que também enfrentavam a escassez de oportunidades financeiras, essas mulheres se viam ainda mais desafiadas pela negligência ou abandono, ou, em alguns casos, pelo desperdício do pouco que conseguiam com o esforço das lavagens. Essa realidade, vivida com dignidade e resistência, é a expressão da escrevivência — uma escrita da vida, que reflete a força de mulheres negras que, mesmo diante de tantas adversidades, não se deixam apagar, mas criam e recriam seus próprios caminhos de sobrevivência, cuidado e amor.

No epílogo, preparando-se para o fechamento desses relatos, a voz narrativa recupera o sabão em barra de soda, o anil, o polvilho, o amido de milho e o ferro a carvão. Esses instrumentos das lavadeiras não são meros objetos do passado, mas se tornam rastros deixados no tempo, marcando as malhas da memória. Eles irrompem em inúmeros momentos, carregados de significados e sentimentos que atravessam gerações. Como uma escrevivência que ressurge, essas lembranças não apenas contam a história das lavadeiras, mas também reconstituem as trajetórias de resistência e sobrevivência, ecoando nas vozes de mulheres negras que, com os gestos cotidianos, transformam sua dor em força, sua luta em legado, e sua memória em uma escrita viva que persiste no presente. Nessas lembranças, a miscigenação se apresenta como uma questão a ser desvelada, um processo complexo que apaga origens e nega árvores genealógicas, condenando-as a um silêncio profundo. Esse apagamento culmina em uma ancestralidade escravizada, de cujas raízes nada se sabe, uma identidade fragmentada, perdida na vastidão do continente africano de onde foi arrancada. Mulheres negras, cujas histórias foram marcadas pela violência das senzalas, muitas vezes vítimas de estupros e exploração, carregam na memória coletiva a dor de um passado que ainda ecoa no presente. A escrevivência dessas mulheres, atravessada pelo esquecimento, encontra na resistência de suas narrativas a força de reconstituir suas identidades, resgatando o que foi silenciado.

A voz narrativa (com) fundida com a voz autoral retoma a herança cultural herdada das mães que, mesmo analfabetas ou semianalfabetas: “[...] gostavam de Literatura, música clássica, óperas, operetas, teatro, cinema [...] Faziam teatrinhos em casa para as crianças, contavam histórias” (Silveira, 2002, p. 209), esse fato nos faz lembrar duas escritoras, basilares na Literatura Afrofeminina: Carolina Maria de Jesus (1914-1977)

e Conceição Evaristo (1946-). A primeira, semianalfabeta, lia os livros e jornais encontradas no lixo, escrevendo em folhas de cadernos que também encontrava nas coletas de papel a ser reciclado. Evaristo, em sua escrivência (2005; 2007), nascida no símbolo riscado de sol da mãe lavadeira e nas histórias contadas, como ela mesma afirma.

Da religiosidade, contudo, os rastros advêm daquelas de matriz judaico-cristã, algumas, inclusive, enclausurando a negritude em crenças que geram medo de um inferno tão igual ao mundo já vivido. Mas os cantos e rezas de matriz africana, em especial, Banto, são rememorados pelas vias das Congadas do sudeste e do Maçambique de Osório-RS no sul. Nessa reflexão, Helena do Sul resgata uma santa católica importante, Santa Bakhita. Josefina Bakhita (1869-1947) é a primeira santa africana, canoniza em 2000 pelo Papa João Paulo II (1920-2005).

Sobre as rupturas da roda marginalizada e subalternizada das filhas das lavadeiras reflete que a escola é figura central e de suma importância, afinal, é ela a esperança dessas mães. Ainda, muitas dessas filhas resistem através de programas sociais, dentro do Movimento Negro, nas suas comunidades e na organização para que haja representação política. Assim, retoma a verdadeira herança deixada por essas Ancestrais escravizadas, mães lavadeiras, às filhas intelectuais:

A herança deixada pelas mães lavadeiras resume-se em valores que incluem o estudo, a alegria de viver, o trabalho, a coragem, a honestidade, a organização, a disciplina, a solidariedade, a amizade, a fé, o carinho, o amor, o bom trato para com os semelhantes, a resolução dos problemas, sem brigas, a proteção da figura do pai, mesmo que tenham problemas, a criação de estratégias para conseguir o desejado. Ainda influenciaram no gosto pelas Artes (Silveira, 2002, p. 216).

O que foi herdado, logo, são os costumes, hábitos, formas de sobrevivência e resistência, bem como valores africano-brasileiros em que se busca um meio-termo, um equilíbrio para as relações tendo ao centro a família, conceito ampliado pelo matriarcado africano em que ela não constitui um núcleo, mas a coletividade. Essa Ancestralidade perpetua-se pela união das mulheres na beira dos rios ajudando a lavadeira do lado, nas filhas carregando água para as mães e outras lavadeiras, pela Dororidade (Piedade, 2017). Na esteira de pensamento, essa obra evoca o “eco-liberdade” da filha e questiona a mãe sobre o diálogo dela com ela mesma ao que chega à conclusão de que: “A Senhora era elas. Elas eram a senhora” (Silveira, 2002, p. 218).

3 CONCLUSÃO

A análise de *As filhas das lavadeiras* (2002), de Helena do Sul, revela que a

representação das mães negras na literatura brasileira de autoria negra se estrutura em torno de dois eixos fundamentais: o trabalho como elemento central de suas identidades e a experiência compartilhada da dororidade, conceito proposto por Vilma Piedade (2017). Essas mulheres não apenas assumem a posição de provedoras do lar, rompendo com o ideal de domesticidade passiva atribuído à maternidade branca, mas também evidenciam uma vivência marcada pela luta coletiva e pelo enfrentamento de desigualdades estruturais que atravessam suas vidas.

O trabalho, nesse contexto, surge como prática de sobrevivência e resistência. As lavadeiras, protagonistas da obra, carregam não apenas a força física necessária para sustentar seus lares, mas também o peso simbólico de uma maternidade que se constrói na autonomia e na solidariedade. Ao retratar suas trajetórias, Helena do Sul oferece um contraponto às representações estereotipadas da maternidade, ao mesmo tempo em que resgata a dimensão histórica e social do papel das mães negras na formação cultural e econômica do Brasil. Evaristo afirma sobre a condição das mulheres negras no Brasil que:

Às mulheres negras não foi preciso repetir o discurso da necessidade de romper com a prisão do lar e do direito ao trabalho, pois elas sempre trabalharam desde a escravidão, inclusive nas ruas, como as escravas de ganho. E com a abolição, confirmaram o papel de provedoras material e espiritual da comunidade afrodescendente, quando o homem negro ficou mais vulnerável às transformações sociais da época. Nesse momento, a mulher negra, se valendo de uma herança religiosa africana reproduz seus modos de sobrevivência” (Evaristo, 2005, p. 203).

Por fim, a dororidade (Piedade, 2017) conecta essas experiências, destacando como a dor compartilhada pela opressão racial e de gênero é ressignificada em potência e laços de afeto. Essa perspectiva amplia a compreensão da maternidade negra, desafiando narrativas hegemônicas e reafirmando a importância de um olhar interseccional na literatura brasileira. Assim, *As filhas das lavadeiras* se posiciona como uma obra essencial para o entendimento das múltiplas dimensões da maternidade negra, contribuindo para a valorização de suas vozes e histórias.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.) **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Idéia Editora Ltda, 2005. p. 201-212.

EVARISTO, Conceição. Maria Helena Vargas. *In*: DUARTE, Eduardo de Assis. (org). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: Antologia crítica. V.1. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. P. 83-90.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

KOSBY, Marília Floôr. **“Nós cultuamos todas as doçuras”**: as religiões de matriz africana e a tradição doceira de Pelotas. 2. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

OYEWUMI, Oyerónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

SILVEIRA, Maria Helena Vargas. **As filhas das lavadeiras**. Porto Alegre: Grupo Rainha Ginga, 2002.

Título em inglês:

AS FILHAS DAS LAVADEIRAS (2002), BY HELENA DO SUL: BLACK MATERNITY